

A manhã desta quinta-feira (27) foi bastante agitada na unidade da Agência do Trabalhador do bairro de Jaboatão Centro. Em ação realizada pela Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, por meio da Secretaria Executiva do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, pessoas com deficiência e trabalhadores em processo de reabilitação pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) puderam se candidatar a uma das mais de 329 vagas de emprego oferecidas por 28 empresas. A iniciativa, realizada em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Governo Federal, visa impulsionar a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho.

A Supervisora Organizacional da Agência do Trabalhador do Jaboatão, Bárbara Souza, explicou que, durante o dia, além de entrevistas com profissionais de Recursos Humanos de diferentes empresas, os candidatos que ainda não têm laudo médico que comprove seu estado de saúde terão direito à consulta médica gratuita. “Muita gente comparece ao mutirão porque está há muito tempo tentando conseguir uma consulta para comprovar sua deficiência e simplesmente não consegue”, disse.

É o caso de Juraci Novaes, que saiu de outro município para conseguir uma consulta no Jaboatão: “Estou muito emocionado porque tento conseguir esse laudo há mais de um ano. A Prefeitura do Jaboatão está de parabéns pela iniciativa. Para a gente, que tem algum tipo de deficiência, é muito difícil entrar ou retornar ao mercado de trabalho - o preconceito sempre fala mais alto dentro das empresas. É bom saber que temos o poder público ao nosso lado, batendo em cima pelos nossos direitos”.

De acordo com Fernando Sampaio, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, a Lei de Cotas garante a inclusão, estabelecendo a reserva de 2% a 5% das vagas de emprego para pessoas com deficiência ou usuários reabilitados pela Previdência Social nas empresas com 100 ou mais funcionários. “Nem sempre as empresas lembram de cumprir essa lei. Nós identificamos, por exemplo, que pelo menos 50% dessas empresas não a estão cumprindo, então cabe ao Ministério do Trabalho fiscalizar e regularizar essa situação”, pontuou Sampaio.

Compartilhe isso:

- [Clique para compartilhar no Twitter\(abre em nova janela\)](#)
- [Clique para compartilhar no Facebook\(abre em nova janela\)](#)